O CONTROLE SOCIAL DO JUDICIÁRIO DIANTE DA *INTERNET* E DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: análise crítica dos *sites* do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça¹

THE SOCIAL CONTROL OF THE JUDICIARY BEFORE THE INTERNET AND THE LAW ON ACCESS TO INFORMATION: critical analysis of the websites of the Supreme Court and the Superior Court of Justice

Clarissa Lovatto Barros²

Lahis Pasquali Kurtz³

Resumo: Este artigo discute as oportunidades democráticas trazidas ao Poder Judiciário pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), em específico a *internet*, face à necessidade de adequação das práticas desse Poder às diretrizes da Lei de Acesso à Informação (LAI), e retrata criticamente a realidade dos *sites* dos principais Tribunais Superiores do País em relação à publicação de dados que permitam maior controle social de suas atividades e funcionamento. Para tanto, é dividido em duas partes: na primeira, em que se tem como referencial teórico a obra sobre democracia de Norberto Bobbio, são apresentados os potenciais de controle social que emergem com o acesso à informação, direito regulamentado pela LAI, quando aliado ao uso das TICs, em confronto com o distanciamento do povo tradicionalmente atribuído ao Poder Judiciário. Nessa etapa, se discorre sobre a importância do acesso à informação como direito democrático essencial ao controle social, os novos panoramas que se desenham com a utilização das TICs na sua efetivação e o especial impacto que as novas dimensões da cultura do acesso podem ter no Poder Judiciário. A partir da teoria, na segunda seção são apresentados criticamente os dados obtidos em pesquisa de observação direta, sistemática e não participativa realizada nos portais virtuais do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal a fim de se averiguar quais informações são, na prática, disponibilizadas, e em que medidas sua publicação contribui para a cultura democrática do acesso e permite maior compreensão e fiscalização, pelo cidadão, da atuação dos Tribunais. Ao passo que se constata que grande parte das informações estão disponíveis, demonstra-se a necessidade de uniformizar sua identificação nos sites, mas, sobretudo, de padronizá-las para que não mais haja documentos em linguagem oficial e todas estejam em linguagem cidadã, assim abrindo panoramas para o efetivo controle social do Judiciário.

Palavras-chave: Acesso à informação; Democracia; *Internet*; Poder Judiciário; Tecnologias

- 1 Artigo orientado pela Prof^a. Dr^a. Rosane Leal da Silva (Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1218962383221912>), no âmbito do projeto “O Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação pelo Poder Judiciário Brasileiro: os *sites* e portais como instrumentos para implementar a Lei nº 12.527/2011”, em andamento desde 2012, com auxílio financeiro do CNPq, no Núcleo de Direito Informacional (NUDI) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
- 2 Acadêmica do Curso de Direito da UFSM. Integrante do NUDI, atuante em projetos sobre governo eletrônico e sobre Poder Judiciário e acesso à informação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1114886415637272>. E-mail: clovattobarros@gmail.com
- 3 Acadêmica do Curso de Direito da UFSM. Integrante do NUDI, atuante em projetos sobre governo eletrônico e sobre Poder Judiciário e acesso à informação. Membro da equipe do *blog* do NUDI. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9136659810142157>. E-mail: lahiskurtz@gmail.com

da Informação e Comunicação.

Abstract: *This paper discusses the democratic opportunities brought to Judiciary Power by the Information and Communication Technologies (ICTs), specifically internet, in face of the necessity to adequate the acts of this Power to the guidelines of the Law on Access to Information (LAI), and critically portrays the reality of the sites of the main Superior Tribunals in the country regarding publication of data which allow more social control of its activities and operation. For this, it divides in two parts: on the first one, in which the theoretical reference is the work about democracy by Norberto Bobbio, are presented the social control potentials which emerge with access to information, right normatized by LAI, when allied to the use of ICTs, confronting the detachment of people traditionally attributed to Judiciary Power. In this stage, it is discussed about the importance of access to information as a democratic right that is essential to social control, the new landscapes which are drawn with the use of ICTs in its effectuation and the particular impact that the new dimensions which access culture may have in the Judiciary Power. From the theory, in the second section are presented critically the data obtained in direct, systemic and non-participative observing held on the websites of Superior Court and Supreme Federal Court in order to verify what informations are, in practice, provided, and to what extent its publication contributes for the access culture and allows more comprehension and surveillance, by the citizen, of the acting of the Courts. Whereas it is verified that most of the informations is available, it is shown the need to uniformize its appearance on the websites, but, mainly, to standardize them so that they are in citizens' language, thus opening landscapes to the effective social control of the Judiciary.*

Keywords: *Democracy; Information access; Information and Communication Technologies; Internet; Judiciary.*

INTRODUÇÃO

Em um governo que adote a forma da democracia representativa, é necessário que haja a preocupação constante em aproximar os políticos, representantes, do povo, representado. Isso garante que exista legitimidade das decisões tomadas por aqueles que detêm o poder de escolha sobre as questões públicas, e é chamado de controle social. E, para que possa ser exercido esse poder do povo, seus titulares, os cidadãos, devem estar informados a respeito das atitudes de seus representantes, devem ter acesso às informações públicas. Nesse sentido, tem-se a adoção, em países democráticos, de medidas de disponibilização de dados públicos e garantia do acesso a eles pela sociedade.

O Brasil, como parte desse contexto, passa por um período de transição da cultura do segredo nas instituições, na qual os governos autoritários detinham a posse dos dados públicos, para a cultura do acesso, segundo a qual os governos devem zelar pela informação

pública de maneira a torná-la acessível aos cidadãos, a quem ela pertence.

Com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), em especial a *internet*, os potenciais em termos de circulação de informações cresceram incomparavelmente. Esse novo ambiente – o virtual – trouxe novos anseios por informações, ao permitir que, com poucos movimentos e sem deslocamento físico, o usuário encontre diversos dados sobre os mais variados assuntos, de forma instantânea. Esse ambiente de fluxos de informação foi incorporado à cultura e ao cotidiano das pessoas, e graças a essa expectativa que ele traz, de encontrar dados completos sobre tudo, se impõe que também os dados governamentais sejam inseridos na *internet*.

Diante dessa urgência e oportunidade trazida pela sociedade informacional, o governo brasileiro elaborou novas maneiras de efetivar o acesso à informação. No Brasil, ele é direito previsto constitucionalmente, e a principal iniciativa no sentido de regulamentá-lo é a Lei nº 12.527/2011, a chamada Lei de Acesso à Informação (LAI).

A LAI, na busca por encampar as novidades das TICs, aplica-se a, além dos estabelecimentos físicos, os *sites* governamentais, para os quais dedica trecho específico, e vincula, além do Executivo e do Legislativo, o Judiciário. Tem-se que, nesse último, a urgência por abertura e democratização é maior, pois é, dos Três Poderes no Brasil, o único que não tem tradição de contato com a sociedade na sua atuação;

Por não ter membros eleitos por voto e ser considerado um Poder apartidário, o Judiciário mantém-se distante do povo e, conseqüentemente, do controle social. Apesar disso, percebe-se certo esforço de aproximação, pelas resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que determinam a disponibilização *online* de seus dados públicos, inclusive de controle de desempenho. Cabe, assim, para se ter um panorama da democratização do Judiciário, averiguar em que medida são colocadas em prática essas regulamentações e as instruções da LAI.

Nesse contexto, surge o questionamento que origina a presente pesquisa: em que nível está a aplicação das regulamentações do acesso à informação, atualmente, nos portais *online* do Judiciário? Pode-se dizer que permite efetiva ampliação do controle social desse Poder?

A resposta a essas perguntas se dá por meio do método dedutivo. Parte-se da base teórica de estudiosos da democracia, do acesso à informação e do Poder Judiciário, tomando-se como marco teórico a discussão acerca dos elementos democráticos apresentada na obra “O Futuro da Democracia”, de Norberto Bobbio. A partir da teoria, analisa-se os elementos concretos de pesquisa realizada nos *sites* dos Tribunais Superiores brasileiros (Superior Tribunal de Justiça- STJ - e Supremo Tribunal Federal - STF), respectivamente, do intitulado

Tribunal da Cidadania, que representa a última instância da Justiça brasileira para as causas infraconstitucionais, e da mais alta instância constitucional do Poder Judiciário no Brasil.

A justificativa para este trabalho está na necessidade de identificação de relações entre acesso à informação e democracia no Judiciário brasileiro, para assim apontar os avanços trazidos a esse âmbito pelas TICs como instrumento democrático, com suas contingências e desafios a serem superados. O presente trabalho propõe-se a averiguar, por instrumento de observação com critérios objetivos, em que medida são aplicadas as disposições quanto ao acesso à informação nos *sites* dos Tribunais Superiores, e que possibilidades de controle social as mudanças já feitas trazem.

Definida a metodologia, o presente artigo foi elaborado em duas partes: a primeira busca estabelecer construção teórica abrangendo a relevância do acesso à informação como instrumento democrático no Poder Judiciário, bem como os novos potenciais que as TICs conferem a esse direito, com destaque para as garantias instituídas pela Lei de Acesso à Informação; a segunda parte apresenta os resultados encontrados em pesquisa de observação direta nos *sites* dos Tribunais Superiores com enfoque no cumprimento das disposições da LAI e resoluções pertinentes ao acesso à informação, realizando-se análise crítica, com base na construção teórica da primeira parte, dos elementos encontrados. Passa-se, agora, à primeira parte do trabalho.

1 ACESSO À INFORMAÇÃO E DEMOCRACIA NO PODER JUDICIÁRIO: a *internet* como catalisadora da publicidade dos dados institucionais

Este trabalho tem como premissa a ideia de que o acesso à informação, estabelecido na Constituição Federal como direito fundamental (BRASIL, 1988), é condição para a forma de governo democrática. Isso é reconhecido a partir do conceito, presente na obra de Bobbio (2012; p. 139) e já identificado no ideal de república aristotélico (DAHL, 2012; p. 38), de democracia como forma de governo no qual há um poder que emana do povo. Nesse regime, as normas são feitas desde o ponto de vista da sociedade como um todo, e não de uma parcela da população para que outros as cumpram.

Assim, para que tenha bom funcionamento democracia na qual parte dos indivíduos se incumbem de legislar, executar e aplicar as normas, como é o caso da representativa, ela deve permitir que se legitimem essas ações, levando-as ao conhecimento da sociedade civil (BOBBIO, 2012; p. 155-156; CANELA, NASCIMENTO, 2009; p.12).

Conforme Bobbio, o caráter público do poder, no sentido de “aberto ao público”,

sempre esteve associado a esse conceito. A ideia de democracia representativa, sobretudo, exige que os atos dos representantes tragam à tona, tornem visível, a vontade dos representados, que de outro modo estaria oculta (BOBBIO, 2011; p. 101). Essa possibilidade de controle - e, conseqüentemente, de demanda - do cidadão em relação ao Poder Público, é característica da democracia, inerente à ideia da autonomia dos cidadãos para decidirem sobre sua organização (BOBBIO, 2011; p. 48-49). É aí que reside o aspecto do acesso à informação tratado no presente trabalho: a disponibilização de informações públicas, relativas às ações e funcionamento – *accountability* – dos órgãos que detêm o poder de decisão sobre a coisa pública (CANELA, NASCIMENTO, 2009; p. 37).

O estudo desse aspecto democrático se torna relevante na medida em que o acesso à informação vem ganhando maior destaque nas políticas do governo brasileiro, tendo-se como marco a Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação - LAI (BRASIL, 2011). Esse marco legal representa a formalização de uma série de iniciativas que vem sendo adotadas no sentido da abertura dos dados governamentais aos cidadãos e que se consolidam sob a *cultura do acesso* (CONTROLADORIA..., 2011; p. 13). Esse conceito se contrapõe à cultura do segredo e tem raízes nos ideais democráticos da revolução francesa, segundo os quais todas as ações dos governantes deveriam ser conhecidas pelo Povo Soberano, o caráter público se constituiria a regra e o sigilo, a exceção (BOBBIO, 2011; p. 100).

Seriam cinco as principais características dessa transformação na abordagem das informações pelo Poder Público brasileiro: (i) a demanda do cidadão é vista como legítima; (ii) o cidadão pode solicitar a informação pública sem necessidade de justificativa; (iii) são criados canais eficientes de comunicação entre governo e sociedade; (iv) são estabelecidas regras claras e procedimentos para a gestão das informações; (v) os servidores são permanentemente capacitados para atuarem na implementação da política de acesso à informação (CONTROLADORIA..., 2011; p. 13). Verifica-se, a partir daí, que a implementação da cultura do acesso exige uma série de medidas e esforços da parte do Poder Público.

Nesse sentido, como grandes catalisadores dessas medidas tem-se, inegavelmente, as tecnologias da informação e comunicação (TICs), em especial, a *internet*. Não são poucas as obras que denotam o grande potencial transformador das relações humanas que é trazido pelas TICs. Desde sua incorporação ao cotidiano das pessoas, experimentou-se uma metamorfose nos meios de comunicação e informação, com sua progressiva interligação.

No final dos anos 90, com o colapso de iniciativas de monopólio da *internet* pelo governo dos Estados Unidos – onde surgira a nova tecnologia e onde estava a concentração

maior de seus usuários à época –, originaram-se as grandes redes de iniciativa privada, interligadas e abertas a computadores particulares. A partir desse momento, as TICs foram gradualmente redesenhadas por civis, em especial universitários e empresas com fins comerciais, o que lhes permitiu novas aplicações, para além daquelas de caráter eminentemente militar, inicialmente delineadas (CASTELLS; 2008, p. 79-82 e KUMAR; 2006, p. 46).

Como decorrência desse processo houve maior apropriação da tecnologia por parte da sociedade, levando a uma “revolução comunicativa”, como bem destaca Felice (2008, p. 22-23), na qual se “permit[e] o alcance das informações a um público ilimitado e a transmissão em tempo real de uma quantidade infinita de mensagens”. Cada indivíduo conectado que recebe informação pode também produzi-la, simultaneamente, para todos os outros. Além de ampliarem-se as possibilidades de deliberação coletiva entre as pessoas, simplificou-se significativamente a obtenção de informações. Deixou de haver a necessidade de deslocamento até um estabelecimento físico para obtenção de informações, instruções e até de serviços. Se aplicada ao âmbito das instituições públicas, essa facilidade aproxima os cidadãos dos serviços, tornando-os mais acessíveis. Ademais, com essa conexão entre informação e comunicação, o meio onde o cidadão busca informar-se serve também para que ele reaja e repasse a mensagem ou sua reação a outros, de maneira instantânea.

Destaca-se, também, o maior *protagonismo* conferido aos cidadãos, que já não se veem mais limitados à condição de consumidores que meramente selecionam informações produzidas por um centro produtor e emissor autorizado. Ao revés, os indivíduos conectados podem fazer uso de sua *autonomia* para pesquisar, filtrar e eleger informações provenientes de várias fontes e também para produzi-las diretamente, cotejando-as com a realidade e comparando-as entre si.

Aliado a isso, essas tecnologias conferiram maior empoderamento aos seus usuários, que podem produzir e divulgar conteúdos num processo amplo e democrático, que dispensa a presença de intermediadores e alça o cidadão comum à condição de “prossumidor”, como é chamado o cidadão da sociedade pós industrialismo por Toffler (1999; p. 25). Essa forma de comunicação é também denominada “de todos para todos”, e sua relevância política é reconhecida na medida em que a obtenção de informação, pelo sujeito, dá a ele o poder de transmiti-la; assim, o sujeito que recebe uma informação aproxima-se do seu emissor em vez de manter-se distante dele, como ocorre nas mídias de massa como jornal, rádio, televisão (FELICE, 2008; p. 25, 53).

Mesmo que se cogite que essa aproximação pode se dar de maneira assimétrica, com

possíveis riscos aos indivíduos frente a grandes fluxos de dados aos quais as instituições têm acesso (BOBBIO, 2011; p. 43), é reconhecido o potencial das TICs para promover a autonomia dos cidadãos.

A despeito de haver longo caminho a se percorrer no sentido de uma ampla democracia mediada pelo digital, devido às questões sociais e econômicas, inclusive as que permeiam a inclusão digital (SILVA; 2009, p. 95-97), que são entraves que se colocam, pode-se identificar a *internet* como o motor de uma verdadeira revolução informacional. Visualiza-se, nela, a criação de espaços democráticos e de construção coletiva, o que se apresenta como nova maneira de escolha de interesses públicos, de participação e de construção da cidadania, e, conseqüentemente, de maior exercício do controle social.

Na obra de Pérez Luño, tem-se o retrato de novas possíveis realidades complementares para a democracia a partir da incorporação da *internet* pela sociedade: os cidadãos disporiam de ferramentas de escolha direta sobre questões políticas, como plebiscitos e votações por meio eletrônico, e ao mesmo tempo poderiam fortalecer as formas representativas de democracia, por obterem canais de comunicação que os aproximassem dos políticos, sendo o acesso à informação uma liberdade irrenunciável frente aos governos (PÉREZ LUÑO, 2004; p. 61-99).

Afinal, apesar do grande potencial comunicativo que a rede traz para a relação governo-povo, é só estando a par do funcionamento das instituições políticas que o cidadão terá condições de dialogar sobre e com elas. O acesso à informação, quando inserido no contexto das TICs, ganha relevância como principal passo para estabelecer novas pontes entre sociedade civil e Estado, havendo inclusive movimento no sentido de os dados estatais serem divulgados na forma aberta, ou seja, possibilitando qualquer uso que o cidadão queira fazer deles (CARDON, 2012; p. 86-89; BRASIL, 2013; p. 16).

Essa importância é percebida e abarcada pela LAI (BRASIL, 2013), quando, em seu art. 8º, *caput*, dispõe que é “dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas” e no § 2º, estabelece que “para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*)”. Percebe-se que, se os órgãos públicos se tornam obrigados, perante a sociedade, a publicar informações de forma proativa e rotineira, sem a necessidade de requisições específicas, forma-se um círculo virtuoso conducente à democracia. Nas palavras

de Mendel (2009, p.4-5), abre-se espaço para uma “arena participativa mais equilibrado”.

Nesse contexto, atente-se para o artigo 3º, que estatui o direito de acesso à informação como garantia humana fundamental e estabelece diretrizes como a divulgação independente de solicitações, por meio dos meios de comunicação viabilizados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Essa transparência relaciona-se com o disposto no artigo 8º, que preceitua o “dever” de os órgãos e as entidades públicas divulgarem, espontaneamente, informações de interesse geral ou coletivo, por eles produzidas ou custodiadas, em local de fácil acesso.

Nesse sentido, diferencia-se transparência ativa de transparência passiva. Enquanto a primeira pressupõe que a Administração Pública divulgue informações por iniciativa própria de forma espontânea, a segunda estabelece tal divulgação só sob demanda da sociedade (CONTROLADORIA..., 2011; p. 24). Destaca-se que a maior importância, sem dúvida, é dada à primeira, uma vez que se encontra como objetivo explícito no artigo 8º da LAI. Ao longo desse texto legal, o legislador ainda cita quais informações constituem o mínimo obrigatório que deve estar à disposição, as quais serão abordadas na seção seguinte.

Também, ao reconhecer-se que esse contexto demanda um novo modelo de relação Estado-sociedade, entende-se que a urgência permeia os três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, como consta expressamente já no art. 1º da LAI (BRASIL, 2013). Essa abrangência, que engloba ainda as entidades controladas direta ou indiretamente pelo governo, embora possa parecer óbvia, não estava presente em tentativas anteriores de regulamentar o acesso à informação.

A predecessora da atual LAI, a Lei 11.111 de 2005 (BRASIL, 2005), previa laconicamente que “o acesso aos documentos públicos de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral será ressalvado exclusivamente nas hipóteses em que o sigilo seja ou permaneça imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” e que “Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e o Tribunal de Contas da União disciplinarão internamente sobre a necessidade de manutenção da proteção das informações por eles produzidas, cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Ou seja, havia a previsão do direito de regulamentar o sigilo, mas não havia a obrigatoriedade de divulgação específica de informação alguma.

Outra iniciativa foi a da Portaria Interministerial nº 140 de 2006 (BRASIL, 2006), que dispôs sobre a criação de Portais da Transparência, *sites* com âmbito restrito à “divulgação de informações relativas à execução orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta”. A LAI, ao vincular de maneira clara e direta

todos os poderes do governo, demonstrando que o acesso à informação impõe deveres não somente ao Executivo, pautando uma série de transformações, cujo ritmo e consequências diferem entre um poder e outro.

A divulgação de informações do Executivo e do Legislativo pode ser vista como processo natural de cumprimento de seu dever social, eis que se tratam de poderes representativos eleitos diretamente e portanto sua legitimidade segue a lógica de contato com os eleitores (o povo). Já quando se trata dessa divulgação pelo Judiciário, tem-se maior complexidade e o debate envolve mudanças mais drásticas. A aplicação desse modelo democrático de abertura e disponibilidade para o controle enfrenta dificuldades práticas e teóricas, devido ao histórico desse Poder, no Brasil, afastar-se, sob o pretexto da independência do Judiciário, de qualquer discussão político-partidária, primando pela aplicação da técnica.

O controle social, nessa esfera, tende a ficar restrito, pois o povo não dispõe do poder do voto, nem mesmo possui meios formais para encaminhar propostas sobre como os membros do Judiciário devem atuar. Nesse aspecto, o poder conferido aos juizes se aproxima da representação fiduciária descrita por Bobbio, na qual o representante, uma vez no poder, recebe total autonomia para decidir, sem estar vinculado a qualquer tipo de manifestação exterior do representado (BOBBIO, 2011; p. 58). Isso pois, segundo essa forma de atribuir poder, qualquer decisão a ser tomada pelo povo deve ser no momento da escolha do representante, que, uma vez eleito, seria independente no exercício de decisões sobre assuntos gerais de interesse dos representados. Em outras palavras, como descreveu Rousseau, nesse tipo de regime o único momento no qual o povo seria livre seria quando da escolha de seus representantes (BOBBIO, 2011; p. 53).

Mas mesmo desse aspecto de liberdade, de o povo eleger os representantes, o Judiciário se afasta, pois a participação popular é tolhida mesmo no processo de escolha de quem exerce o poder, pelo caráter não-eletivo dos membros, que são concursados ou nomeados. Essa maneira de seleção, do sistema jurídico brasileiro, é justificada sob o argumento da autonomia dos juizes. Segundo esse princípio, os membros do Judiciário são vistos como desvinculados da opinião pública e de manifestações políticas, os juizes são caracterizados como seres independentes e distantes do conflito que julgam.

A independência dos juizes é debatida em algumas obras que questionam o modelo atual. A decisão judicial como algo imune a interferências de fora do Judiciário remonta à república ideal de Montesquieu, na qual os juizes seriam independentes dos outros dois poderes do governo, porém essa independência estaria condicionada pelo fato de que os juizes

seriam somente “a boca que pronuncia as palavras da lei”, de maneira técnica (DALLARI, 2002; p. 91). Tal modelo, como descrito, beira a ideia de um poder baseado na guardiania, forma de governo diversa da democracia. Nela, os detentores do poder são escolhidos com critério único de maior conhecimento técnico a respeito de um assunto, e assim são tidos como os mais adequados para tomarem decisões que o envolvam.

Essa ideia é contraposta pelo reconhecimento da subjetividade que é intrínseca a qualquer ser humano, e que, conseqüentemente, está presente na decisão do juiz, além de que, ao lidar com questões complexas, se tem um fundo moral em todas as decisões (DAHL, 2012; p. 104-106). Assim, mesmo a mera aplicação da lei é uma escolha com reflexos sociais – *toda decisão judicial tem caráter político*, como bem retrata Dallari (2002; p. 95-96):

Aí está a raiz da função jurisdicional: a necessidade de esclarecer o direito e de garantir sua aplicação justa. Mas estará sempre presente uma dificuldade, inerente à condição humana do juiz, pois ainda que procure ser justo ele será, em certa medida, influenciado pelas circunstâncias de sua vida, conforme a feliz expressão de Ortega y Gasset. O juiz sempre terá de fazer escolhas, entre normas, argumentos, interpretações e até mesmo entre interesses, quando estes estiverem em conflito e parecer ao juiz que ambos são igualmente protegidos pelo direito. A solução dos conflitos pelo juiz será política nesse caso, mas também terá conotação política sua decisão de aplicar uma norma ou lhe negar aplicação, pois em qualquer caso haverá efeitos sociais e alguém será beneficiado ou prejudicado.

Essa politicidade do Judiciário confere cunho ainda mais elementar à transparência das ações tomadas no âmbito desse Poder. Para Dallari (2002; p. 89), mesmo que a Constituição atribua, em nome do povo, legitimidade ao juiz para suas decisões, o fato de essas decisões afetarem diretamente liberdades e interesses de uma ou mais pessoas torna necessário que sua legitimação seja permanentemente complementada pelo povo.

Afirmar que a independência do Judiciário o impede de entrar em contato com questões políticas é esquecer que essa independência é da ingerência do Legislativo e do Executivo, mas não foge ao controle exercido, sobre todos os poderes, pelo povo. Essa legitimação, conforme a ideia de que só há democracia quando aqueles chamados a eleger ou decidir devem ter *alternativas reais* e condições de poder escolher (BOBBIO, 2011; p. 32), só ocorre quando o povo tem *informações reais* sobre os fundamentos dos atos judiciais e as motivações do Judiciário; daí a importância da abertura das atividades dos juizes e órgãos judiciais à população, no contexto de publicidade dos atos de poder que permeia a transição de Estado Absolutista para Estado Democrático de Direito (BOBBIO, 2011; p. 117).

Se a publicidade das atividades do Judiciário lhe torna mais legítimo desde o ponto de vista da representatividade, há que se atentar também para o controle social por meio da

prestação de contas aos representados, conforme apontado por Robl Filho (2013; p. 80):

No Judiciário, há ampliação da democracia com a publicação não apenas das decisões e das suas razões, mas também quando as informações em geral sobre o Poder Judiciário como quantidade de juizes, quantidade de processos julgados, quantidade de processos em andamento, utilização dos recursos destinados ao Judiciário, tempo médio de decisão dos casos e outras informações tornam-se públicas. Essas informações permitem que a população discuta a atuação desse importante poder, além de fiscalizar sua atuação. Esses elementos formam a *accountability* judicial comportamental [...]

Tendo isso em consideração, o Poder Judiciário, por meio de seu órgão de controle interno, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), já vinha demonstrando sua preocupação com essas informações desde antes da edição da LAI.

Conforme levantado em obra conjunta da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) com a organização não-governamental Artigo 19 (CANELA, NASCIMENTO, 2009, p. 89) “os dados dentro das instituições/órgãos governamentais não estão sistematizados; eles próprios (que lidam com os fatos relativos aos dados) não têm acesso às informações que seriam de interesse social e coletivo”. Nesse aspecto, o Poder Judiciário está em situação normativa avançada, pois, em diversas resoluções que podem ser encontradas em seu *site*, o CNJ buscou impor maior publicidade às atividades dos tribunais.

Tem-se desde atenção à *padronização*, com a Resolução nº 45 (CONSELHO..., 2007), que dispõe sobre nomes de domínio do Poder Judiciário, e assegura a cada tribunal a administração dos seus portais; passa-se também por questões de *conteúdo*, como a Resolução nº 76 (CONSELHO..., 2009a), que dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores e fixa prazos, a Resolução nº 79 (CONSELHO..., 2009b), que dispõe sobre a transparência na divulgação das atividades do Poder Judiciário, e a Resolução nº 83 (CONSELHO..., 2009c), que determina em seu art. 5º que a lista de carros oficiais utilizados seja divulgada, em espaço permanente e facilmente acessível do sítio ou portal respectivo na rede mundial de computadores.

As resoluções do CNJ também apontam para adoção de medidas voltadas à *prestação de contas*, na Resolução nº 102 (CONSELHO..., 2010a), que dispõe sobre a publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos; e se tornam mais abrangentes quanto a atividades de *funcionamento e desempenho*, com a Resolução nº 121 (CONSELHO..., 2010b), que dispõe sobre a divulgação de dados processuais eletrônicos na rede mundial de computadores.

Observando-se o levantamento das resoluções, parece ter havido a compreensão, pelo CNJ, do caráter complementar entre disponibilização de dados ao público e possibilidade de sistematização desses dados dentro e entre as instituições. O fato de haver uma estrutura formal de medidas a serem adotadas para disponibilizar informações, entretanto, não revela por si só como isso é tratado na prática. Resta, assim, fazer análise aprofundada desses dispositivos e verificar sua aplicação na realidade.

Para verificar como o Poder Judiciário disponibiliza informações de interesse público em seus *sites* e se o estado atual possibilita maior controle pelo cidadão que as acessa, foi realizada observação sistemática nos portais dos Tribunais Superiores brasileiros, da qual os resultados são apresentados na parte seguinte do trabalho.

2 ACESSO À INFORMAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NA PRÁTICA: as informações apresentadas ao cidadão nos *sites* dos Tribunais Superiores brasileiros

A fim de averiguar o estado atual das iniciativas práticas adotadas pelo Judiciário brasileiro no que tange à transparência ativa, foi aplicado *formulário estruturado* (SANTOS et al, 2012; p. 60) com critérios objetivos de análise, cujas questões foram elaboradas com base nas resoluções do CNJ e no guia para criação da seção de acesso à informação nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades federais (BRASIL, 20[13]). Esse último documento foi utilizado porque contém descrição detalhada dos itens considerados minimamente necessários à efetivação da LAI nos portais *online*. O objetivo da observação direta, sistemática e não participativa foi verificar *quais e como* são divulgadas as informações pertinentes à seção “Acesso à informação” dos *sites*.

A análise foi realizada no período de 26 de agosto a 6 de setembro de 2013 nos *sites* do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF). Tais órgãos foram escolhidos para a observação por serem de esfera na qual o processo de adoção das TICs se demonstra avançado, sobretudo pela pioneira utilização, na Justiça Federal, do processo eletrônico. Ademais, o STJ e o STF, por julgarem casos de todo o país e tomarem decisões de caráter uniformizador de jurisprudência, interferem, muitas vezes, em todo um segmento social, e, ao mesmo tempo, pelo caráter majoritariamente recursal, são os que se mostram mais distantes fisicamente das pessoas envolvidas na decisão. Por essas características, pode-se perceber a relevância das ferramentas *online* de acesso nos Tribunais Superiores.

A partir dos critérios estabelecidos, analisou-se, principalmente, a presença de itens

como a) formato dos arquivos de divulgação; b) *banner* e item de navegação da seção de acesso à informação; c) dados institucionais, composição, horários e agendas; d) dados sobre atividades e prestação de contas do órgão; e) instruções para uso dos serviços do portal.

Destaque-se que na análise foi considerado se as subseções estavam nos moldes indicados pelo guia; nesse sentido, somente a existência do *link* para a subseção não é suficiente, tendo sido considerada também a completude das informações que devem estar disponíveis. Isso pois a mera listagem, por exemplo, de ações e programas desenvolvidos pelo Tribunal, com os títulos de cada um, não dá ao cidadão conhecimento de como funcionam e sua importância. Para possibilitar efetivamente a compreensão dos dados pelo cidadão, é necessário apresentar também detalhes e esclarecimentos, tais como, nesse mesmo exemplo, a unidade responsável pela implementação, metas, principais resultados e indicadores.

Com o formulário estruturado pretendeu-se checar, nesse sentido, (i) como se dá a divulgação das informações sobre o órgão, e (ii) se a divulgação, no formato em que se apresenta, indica maior possibilidade de controle social do Poder Judiciário.

Atente-se, inicialmente, que a linguagem utilizada na comunicação da Administração com o cidadão deve ser clara, objetiva e de fácil compreensão, pelo que dispõe artigo 5º da lei. É a chamada “linguagem cidadã”, traduzida para o vocabulário cotidiano. Dessas explanações referentes à garantia e à efetivação do direito de acesso à informação pelo Estado sob a análise da LAI, ressalta-se a necessidade de que a informação pública esteja disponível de forma aberta. (CONTROLADORIA..., 2011; p. 23).

A liberação dos dados sem formato/uso predefinido se justifica ainda porque permite que sejam organizados de mais de uma maneira por quem os utiliza, estimula os cidadãos a “visualizá-los a partir de suas próprias interpretações, agregá-los em função de seu próprio questionamento, cruzá-los segundo suas próprias interrogações” (CARDON, 2012; p. 88). É como se os dados fossem “peças de lego”, que podem ser montadas para assumir diversas formas.

No Brasil, tem-se a recente iniciativa do Poder Executivo Federal, o Portal Brasileiro de Dados Abertos, inaugurado em 2012, que se propõe a reunir esse tipo de material informativo e torná-lo disponível para *download* (BRAMATTI, 2012). Já nos demais portais institucionais, inclusive os do Judiciário, ainda não existem iniciativas nesse sentido, tendo-se observado, inclusive, que a preferência é dada aos arquivos cujo conteúdo é protegido de modificações.

Segundo as instruções do guia para criação da seção de acesso à informação, não é recomendado usar arquivos que dependam de programas de computador cujo

desenvolvimento seja de propriedade de uma empresa privada (*software* proprietário). Isso pois os *softwares* livres, que são o recomendado, independem de aquisição para serem instalados ou atualizados, o que permite maior acessibilidade dos documentos que podem ser abertos por eles. Ainda, o guia aconselha evitar o uso de formatos de divulgação que dificultem reutilização do conteúdo do documento, tal como PDF (BRASIL, 20[13]; p. 7).

Nesse contexto, foi conferido qual o formato dos arquivos de divulgação das despesas dos tribunais. Apesar das indicações, constatou-se que nenhum dos tribunais observados observam o guia nesse aspecto, preferindo formato PDF, o qual em geral é o único apresentado, com ressalva para alguns documentos do STJ que estão em *html* e abrem no próprio navegador.

O guia também sugere disponibilizar, na primeira página do sítio eletrônico institucional, *banner* padrão, o qual dará acesso à seção que trata da LAI e substitui o *banner* “Transparência Pública”. Orienta, ainda, que haja item específico intitulado “Acesso à Informação”, o qual deve constar como novo item de navegação no menu principal do sítio eletrônico do órgão (BRASIL, 20[13]; p.4). Os dois aspectos visuais objetivam facilitar que o cidadão encontre o conteúdo que busca no *site*, tendo sido estabelecido padrão para o *banner*, a fim de torná-lo facilmente identificável.

Ao verificar-se a existência dos elementos, ao passo que em ambos os portais foi localizado o item “Acesso à Informação”, em nenhum há o *banner* padrão, sendo que o STJ não o apresenta e o STF apresenta em formato diferente do padrão, com o nome “Central do Cidadão Acesso à Informação”.

Ainda quanto à identificação e acessibilidade dos portais, verificou-se que ambos os *sites* seguem a Resolução nº 45 do CNJ, sendo possível acessá-los digitando o nome do órgão seguido da terminação “.jus.br”. Por outro lado, quanto ao endereço eletrônico que deve servir para chegar à seção de acesso à informação, o qual o guia fornece - “www.nomedoórgão.gov.br/acessoainformação” (BRASIL, 20[13]; p. 5) - verificou-se que tal recurso não funciona em nenhuma das páginas.

Aqui, observa-se ponto em comum com diversas análises já realizadas em portais institucionais: a dificuldade de padronização dos *sites* institucionais. Geralmente, ao analisar-se grande número de portais, tem-se verificado que cada um parece seguir parâmetros diferentes de distribuição e disponibilização de conteúdo⁴.

A variedade de modelos tem-se apresentado como uma das principais dificuldades a

4 Tal problema é recorrente e já foi constatado por diversos pesquisadores. Nesse sentido, ver Oliveira e Dinarte (2012, p. 13-14); Silva e Hoch (2012, p. 24); Hoch et al (2012; p. 26).

serem enfrentadas na interação dos órgãos públicos com a sociedade civil. Isso pois afeta tanto a acessibilidade, vez que torna necessário que o cidadão aprenda a usar cada um dos diferentes *sites*, sem que a localização dos itens possa ser intuitiva, quanto a confiabilidade, na medida que não há uma identidade dos órgãos públicos que os torne reconhecíveis.

Após a etapa de checagem da identidade visual, adentrou-se na análise do conteúdo da seção de acesso à informação dos *sites*, que deve conter os seguintes tópicos: a) informação institucional, b) ações e programas, c) auditorias, d) convênios, e) despesas, f) licitações e contratos, g) servidores, h) perguntas frequentes, i) sobre a Lei de Acesso à Informação, j) Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, k) informações classificadas.

Referente ao título “Institucional”, o guia destaca a necessidade de divulgação de informações abrangendo: a) funções, b) competências, c) estrutura organizacional, c) relação de autoridades, d) agenda de autoridades, e) horários de atendimento e f) legislação do órgão. Em relação ao item “Ações e Programas”, há a orientação de disponibilizar, no mínimo, as informações: a) lista dos programas e ações executados; b) indicação da unidade responsável pelo desenvolvimento e implementação; c) principais metas; indicadores de resultado e d) impacto e principais resultados.

Esses dois itens se relacionam à abertura do funcionamento do Tribunal aos cidadãos, apontando para o rompimento com o modelo de distanciamento entre o que é feito nas instituições judiciais e o público. Esse hermetismo é criticado por Dallari (2002; p. 6), que denuncia que nesse modelo há a “convicção de que o Judiciário não deve reconhecer que tem deficiências nem pode ser submetido a críticas, pois tamanha é a magnitude de sua missão que seus integrantes pairam acima do comum dos mortais”.

Com a publicação do que ocorre nos meandros desse Poder, os Tribunais se submeteriam a controle e, quem sabe, se afinariam ao modelo desejável de Estado democrático de direito. A noção, de Thomas Jefferson, resgatada por Dallari (2002; p. 18), estabelece que “os juízes e tribunais devem estar mais próximos de agentes do povo, para solucionar com justiça os conflitos, do que de profissionais especializados, presos a padrões técnicos”. Essa aproximação, no entanto, ocorre a passos lentos e assimétricos.

Um indicador positivo é que, tanto no caso do STJ quanto no do STF, os dados institucionais encontrados estavam organizados conforme os padrões estipulados na LAI e nas resoluções do CNJ. Destaca-se que foram identificados os itens atinentes à estrutura organizacional e respectiva base jurídica, competências, principais cargos, telefones e agenda de autoridades.

De posse desses dados, o cidadão tem a base para compreender como se organiza um

tribunal, quem são e que obrigações têm os seus principais atores, além de observar quais são suas ações prioritárias. E, além disso, adquire instrumentos para contatar o órgão e as pessoas por ele responsáveis, podendo pesquisar previamente a qual setor deve se dirigir para a demanda que pretende fazer. Essas possibilidades representam avanço para a proposta de prestação de informações não jurisdicionais, denominada por Robl Filho (2013; p. 32) de *accountability judicial institucional*, pois incluem também o cidadão como fiscal.

Há descumprimento, no entanto, pelo STF, de ato normativo do CNJ que determina divulgação de remuneração de seus servidores, enquanto que o STJ permite a consulta tanto por servidor quanto da listagem total, inclusive com identificação nominal.

E as diferenças também estão presentes quanto às ações e programas: enquanto o STJ fornece todos os dados obrigatórios, o STF indica somente lista dos programas e ações executados pelo órgão/entidade, indicadores de resultado e impacto, sendo que não há descrições detalhadas dos programas e as estatísticas são do ano de 2011.

Também é dada grande importância, nos atos normativos, às informações orçamentárias dos órgãos. Em geral, esse é o tipo de dado que remete à *accountability*, prestação de contas, literalmente, ao cidadão, a qual permite que esse fiscalize os gastos de verba pública. Porém, além de valores monetários, há números que indicam a contraprestação, o desempenho dos servidores públicos. Nesse âmbito, a análise abrangeu também a publicação da produtividade dos Tribunais, que, ao mesmo tempo que inteiram a sociedade civil da atuação do Judiciário, a informam do rendimento de seus membros.

A publicação desse tipo de dado é relevante por ser básico à possibilidade de discussão social fundamentada acerca de melhorias na atuação e celeridade das atividades judiciárias. Além do corte do orçamento público que é destinado a cada unidade ou servidor, deve estar disponível para consulta do cidadão base estatística acerca do que Robl Filho (2013; p. 80) chama de *accountability* judicial comportamental. Nessa forma de prestação de contas, se reconhece que os agentes públicos devem “estar comprometidos com a qualidade dos serviços públicos prestados, com a justa distribuição dos benefícios e com os resultados obtidos pelos agentes”, e que isso “pressupõe a fiscalização e a participação da sociedade civil” (ROBL FILHO, 2013; p. 184).

Nesse sentido, destaca-se a Resolução nº 76 do CNJ, que versa sobre os princípios do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário. Em seus artigos 3º e 14, dispõe ser obrigatória a divulgação da produtividade administrativa e jurisdicional. Devem constar, segundo ela, dados semestrais referentes à litigiosidade, e nos relatórios deve haver as categorias a) "Insumos, dotações e graus de utilização", com as subcategorias "receitas e despesas" e

"estrutura", b) "litigiosidade", com as subcategorias "carga de trabalho", "taxa de congestionamento" e "recorribilidade e reforma das decisões" c) "acesso à justiça" e d) "perfil das demandas".

Percebeu-se, nos dois *sites*, que há, semestralmente, divulgação dos dados referentes à litigiosidade. Os demais dados são informados ao menos anualmente. Quanto ao portal do STF, as estatísticas estão em local permanente e de fácil acesso do *site*, constando as subcategorias "carga de trabalho", "taxa de congestionamento" e "recorribilidade e reforma das decisões", "competência recursal"; já no do STJ, não foram localizadas sob essa divisão. Novamente, denota-se disparidade entre o portal do STJ, que obedece somente a periodicidade, mas não a divisão em categorias, e o do STF, que apresenta algumas das categorias indicadas, porém não todas.

Relativo a informações de "Servidores", o guia orienta a divulgação de informações sobre concursos públicos de provimento de cargos e relação dos servidores públicos lotados ou em exercício no órgão. Há a obrigatoriedade de publicação das íntegras dos editais de concursos públicos para provimento de cargos e a relação dos agentes públicos - efetivos ou não - lotados ou em exercício no órgão/entidade, apresentando, no mínimo, as seguintes informações: a) número da identidade funcional; b) nome completo, c) CPF; d) cargo e função; e) lotação; f) regime jurídico; g) jornada de trabalho; h) ato de nomeação ou contratação, i) respectiva data de publicação do ato e, quando servidor requisitado ou cedido, a) cargo efetivo ou emprego permanente e b) órgão ou entidade de origem.

No portal do STJ constava a seção e no do STF, por sua vez, não foi encontrada sob o título "servidores", sendo os dados apresentados na seção "gestão de pessoas". Em ambos, eram apresentadas as informações gerais e específicas, exceto CPF e jornada de trabalho.

A situação da prestação de contas não muda no que tange aos valores monetários. Referente aos "Relatórios de gestão" e "Auditoria", item obrigatório no guia (BRASIL, 20[13]; p.10), devem estar presentes a) exercício ao qual se referem as contas, b) o código e a descrição da respectiva unidade, c) número do processo no órgão ou entidade de origem e d) número do processo no Tribunal de Contas da União.

Observou-se que o Superior Tribunal de Justiça apresenta informações sobre resultados das inspeções, auditorias e prestação de contas realizadas, constando informações do exercício ao qual se referem as contas, o código e a descrição da respectiva unidade. Quanto ao tópico auditoria, o STJ não disponibiliza a seção "Relatório e Certificado de Auditorias", porém, foi encontrado documento sob esse nome na seção "Transparência", com exercício referente às contas, código e descrição da respectiva unidade.

O Supremo Tribunal Federal, nessa seção, disponibiliza o exercício ao qual se referem as contas, código e descrição da respectiva unidade, número do processo no órgão ou entidade de origem. Destaca-se que, apesar de existir o tópico, as informações estão sem atualização desde 2011, prejudicando, desta forma, a transparência dos dados do Tribunal. Quanto à seção “Auditorias”, o STF exhibe os itens referentes ao exercício ao qual se referem as contas, código e descrição da respectiva unidade, número do processo no órgão ou entidade de origem, situação junto ao Tribunal de Contas da União (processo entregue, sobrestado ou julgado). Nesse sentido, o STF divulga tais informações conforme estipulado no guia para criação da seção de acesso à informação nos sítios eletrônicos.

Da análise empreendida, constata-se a dificuldade de o cidadão, leigo em questões contábeis e administrativas, compreender as informações disponibilizadas, pois há, nas palavras de Robl Filho (2013; p. 183), a excessiva valorização de conhecimentos técnicos, que se transforma em tecnicismo. Esse tecnicismo não efetiva, de modo apropriado, os interesses democráticos.

O que se pode concluir, quanto a esses relatórios, é que são elaborados conforme a demanda do órgão institucional que irá conferi-los. Não há demonstração, seja pela localização dos arquivos no *site*, por vezes em áreas pouco destacadas, seja pela ausência de dados que facilitem a compreensão do documento, de que há preocupação para que esses documentos sejam feitos para o público em geral.

Por outro lado, pode-se destacar que o fato de serem disponibilizados, por si só, oferece alguma margem de controle social. Isso segundo a ideia de que, mesmo que não haja, de fato, acesso aos dados por todos os cidadãos para conferência, o fato de que potencialmente serão vistos dá a quem tem esse poder - o povo - forma de controlá-los: “a publicidade é uma forma de controle” (BOBBIO, 2011; p. 42), no sentido de que os mesmos parâmetros de o que é lícito ao povo será lícito ao Estado, vez que aquele tem conhecimento e pode fiscalizar o que esse faz.

No tocante às despesas com diárias e passagens, o guia estipula a necessidade de diversos detalhes, incluindo dados de servidores públicos em viagens a trabalho ou a colaboradores eventuais em viagens no interesse da Administração. O resultado da procura por esses relatórios surpreendeu negativamente, no sentido de que não constam informações sob esse título no *site* do STJ, embora esse mesmo espaço ressalte que é implementada gestão da informação, “disponibilizando dados estatísticos que agreguem valor à instituição e apóiem [sic] o processo decisório” (SUPERIOR..., 2013).

Enquanto isso, no *site* do STF há o seguinte esclarecimento: “as informações

referentes aos gastos com passagens foram retiradas temporariamente deste portal devido a inconsistências encontradas nos dados anteriormente divulgados. As informações serão novamente disponibilizadas, assim que revisadas” (SUPREMO..., 2013). Dessa situação, pode-se observar déficit no cuidado com a autenticidade e conferência do conteúdo que é inserido no portal e que pode ser acessado e utilizado pelo cidadão, seja com fins de fiscalização, científicos ou outros.

Na esteira da análise das despesas, também foi observado item referente a despesas com pessoal e encargos sociais, o qual está regulamentado na Resolução nº 102, do CNJ, e que tem sua importância denotada nos próprios motivos do ato normativo, quando refere que “a publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira dos tribunais e conselhos promove a transparência da gestão e constitui valioso mecanismo de controle social” (CONSELHO..., 2010a). Esse mesmo motivo pode ser referido quanto a todos os itens que dizem respeito a despesas que foram abrangidos na observação feita.

Ao conferir-se os *sites*, percebeu-se que o STJ apresenta relatório onde constam despesas com pessoal ativo, despesas com pessoal inativo e pensões, encargos sociais incidentes sobre a remuneração do pessoal, despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) pagos a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, ou seja, todos os dados obrigatórios referentes da Resolução nº 102 do CNJ. Na análise do *site* do STF, por sua vez, não foi encontrada a seção “despesas”, o que dificultou a busca. No entanto, no *link* “transparência”, foram encontrados relatórios de gestão fiscal quadrimestrais atualizados, nos quais há o total gasto com pessoal ativo, inativo e pensionistas, bem como com despesas decorrentes de indenizações e decisões judiciais.

Ao lado de não ter sido adotado integralmente o padrão estabelecido nas normativas respectivas, problema já abordado nos itens referentes à identidade visual, o que se destaca ao acessar os dados sobre despesas são dois aspectos: linguagem e contexto da divulgação.

Quanto ao primeiro aspecto, tem-se que os relatórios são bastante gerais, indicando somente um valor bruto que foi gasto durante o quadrimestre, ao lado de uma categoria na qual se enquadra. Não há contextualização dos valores dentro do orçamento, para que se tenha parâmetros a partir dos quais se analise os valores, nem mesmo explicação sobre os termos ali utilizados, a despeito das indicações para que se utilize linguagem cidadã, já mencionadas.

Já quanto ao contexto, observou-se que a referência que os relatórios fazem, ao divulgarem os valores, é a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000. A obrigação de publicar esses dados, assim, não se insere tanto no contexto da Lei de Acesso à

Informação, mas baseia-se em etapas anteriores da implementação da cultura do acesso, nas quais se deu maior atenção à mera divulgação do aspecto financeiro e houve lacunas quanto à acessibilidade e possibilidade de participação pelo cidadão.

A atual forma na qual estão os dados com despesas, assim, ainda está próxima da ideia de *arcana imperii*, elemento presente na tecnocracia, descrita por Bobbio (2011; p. 46) como forma de governo dos técnicos, na qual só os que têm conhecimentos específicos podem tomar as decisões, e o “vulgo” deve ser mantido distante por sua ignorância. Embora haja indícios de que se caminha para modelo mais democrático, como já mencionado, com a publicação das informações, a manutenção dessas sob um formato que torna impossível a conferência pelo cidadão desfavorece sua participação nas decisões.

Sob o viés pragmático, a falta de adequação dos dados orçamentários a uma forma compreensível demonstra, por um lado, que a implementação de sua publicidade, por si só, é insuficiente para permitir a *accountability* que permite discussão e fiscalização do funcionamento do Judiciário pelo povo (ROBL FILHO, 2013; p. 80). É necessário, portanto, estudar meios de aliar a disponibilização de informações públicas e a sua tradução para uma linguagem cidadã.

No que diz respeito ao item “Licitações”, obrigatório na seção Acesso à Informação, o guia elenca os itens que, necessariamente, devem constar: a) órgão superior, b) órgão subordinado ou entidade vinculada; c) unidade administrativa dos serviços gerais; d) número da licitação e o do processo; e) modalidade da licitação; f) objeto; g) número dos itens; h) data, hora, local e cidade da abertura; i) Unidade da Federação da abertura; j) situação da licitação; k) contato no órgão ou entidade responsável e l) atalho para solicitação, por meio do correio eletrônico, da íntegra dos editais, atas, anexos, projetos básicos e informações adicionais.

Ao realizar análise da seção, constatou-se que, apesar de constar tanto no *site* do STJ quanto no do STF, o tópico não disponibiliza todas as informações ao cidadão, conforme preconizado no guia utilizado como base nesse estudo. No STJ, há número da licitação, número do processo, modalidade da licitação, objeto da licitação, data e hora da abertura, situação da licitação (aberta ou homologada). Porém, para acessar o edital completo há a exigência de cadastro prévio, contrariando a orientação de que seja disponibilizado atalho para solicitação, via correio eletrônico, da íntegra de editais.

No *site* do STF, constam os itens: órgão superior, número da licitação, modalidade da licitação, objeto da licitação, data e hora da abertura, situação da licitação (aberta ou homologada) e contato do órgão/entidade responsável. A dificuldade de acesso à íntegra do

edital se assemelha à encontrada no *site* do STJ, tendo em vista que há a exigência de cadastro para *download* do edital da licitação.

A maneira como está disponibilizada a seção dificulta o acesso, na íntegra, dos editais e de detalhes do certame, bem como impossibilita, efetivamente, a fiscalização pelos cidadãos. Tal obstáculo inviabiliza o controle externo pelo povo, o qual, segundo Campos (1990, p. 34), vem a ser o responsável pelo verdadeiro controle do governo em qualquer de duas divisões, quais sejam: Executivo, Judiciário, Legislativo. Nesse contexto, pode-se afirmar que há prejuízo da *accountability*, conceituada, analiticamente por Robl Filho (2013: p.31), como a possibilidade de alguém exigir informação e justificação pela prática de atos, pelas omissões e pelos resultados de um agente com aplicação de sanções.

O último aspecto abordado no formulário estruturado da pesquisa diz respeito às seções de atendimento ao cidadão - que, quanto à transparência ativa, podem ser analisados conforme o conteúdo que devem fornecer ao cidadão a fim de auxiliá-lo no uso dos serviços ofertados.

Um item importante, nesse âmbito, é o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), de criação obrigatória segundo o artigo 9º da LAI, e que deve conter os seguintes dados, segundo o guia: a) localização, b) horário de funcionamento, c) nomes dos responsáveis pelo SIC, d) dos responsáveis pela implementação da LAI, além de e) telefones e e-mails específicos para esclarecimentos sobre o SIC (BRASIL, 20[13]; p. 15-16).

Na busca pelo SIC, constatou-se que o portal do STF não o possui, havendo somente um botão sob o nome “serviços ao cidadão”, que não desempenha o mesmo papel do SIC, contendo somente informações sobre o próprio Tribunal. Já no portal do STJ foram encontrados localização e horários de funcionamento. Também é apresentado o formulário para solicitações de informação, com destaque para o fato de que exige cadastro prévio do cidadão para uso, o que é desaconselhado, pois dificulta o acesso.

Outro tópico que precisa estar presente nos sítios eletrônicos é o item com divulgação das perguntas frequentes sobre o órgão e ações no campo de sua competência. Esse espaço possui tanto (i) a função de retorno às demandas do cidadão, o que aumenta a credibilidade do portal, dando ao cidadão a segurança de que pode entrar em contato com o órgão por aquele meio, quanto (ii) a da etapa informativa que perpassa a comunicação com um órgão que recebe demandas em grande escala (GUZZI, 2010; p. 73), reduzindo demandas repetidas e aumentando a qualidade da demanda feita pelo cidadão. Nesse ponto, percebe-se que ambos os *sites* de Tribunais analisados apresentam a seção, o que demonstra esforços na esfera interativa.

Também há iniciativa voltada ao contato informativo mais direto com o cidadão, no sentido de que as informações são elaboradas diretamente a ele para melhor usufruir dos serviços do órgão, é o botão “sobre a Lei de Acesso à Informação”. Esse item foi previsto na própria LAI, e tem caráter didático, como infere o guia (BRASIL, 20[13]; p. 15). O objetivo dessa seção é ensinar ao cidadão como solicitar uma informação ao órgão e quais os procedimentos caso o pedido seja negado, além de divulgar eventos voltados à cultura do acesso. Assim, nesse espaço, a transparência ativa promove a transparência passiva, essa exercida sob provocação do cidadão.

É bastante positiva, assim, a percepção da observação realizada nesse ponto, na qual constatou-se que ambos os *sites*, do STJ e do STF, contêm o botão referido, que redireciona para as informações relacionadas. Isso demonstra que os portais buscam estar em conformidade com as disposições da LAI e quem os estrutura está ciente de sua relevância para o cidadão.

Desse modo, a exposição realizada indica déficit na observância, pelos *sites*, do objetivo da divulgação dos dados. A análise demonstra que existem, em maior ou menor medida entre os dois portais analisados, iniciativas, nos Tribunais, de publicidade das informações a eles referentes, inclusive seguindo os parâmetros normativos.

Porém, quando se trata da acessibilidade efetiva (linguagem, localização do arquivo), percebem-se entraves à utilização delas pelos cidadãos, como a presença de arquivos tais como foram elaborados para documentos oficiais. A disponibilização de dados sem qualquer adaptação ou contextualização assinala que é incipiente a preocupação dos Tribunais analisados com o efetivo acesso à informação pelo cidadão, o que requer mudança de postura do Judiciário na abordagem desse dever. À medida que as informações estiverem, de fato, disponíveis ao cidadão, em linguagem e formato que permitam o uso por ele determinado, será possível maior controle social e a sociedade civil terá efetivos instrumentos de legitimação do Poder Judiciário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como premissa da democracia representativa, tem-se a possibilidade de chancela, pelo povo, dos atos de seus representantes. É necessário, para que funcione tal forma de governo, a publicidade das ações dos governantes a fim de que os governados possam discuti-las, compreendê-las, criticá-las e legitimá-las. Assim, é essencial à democracia contemporânea o acesso, pelo povo, às informações sobre atividades e funcionamento dos órgãos políticos que

o representam.

O que para a sociedade civil se mostra como direito, para o Estado se mostra como necessidade e dever. O acesso à informação pública, dessa forma, vem ganhando destaque nas políticas governamentais. No Brasil, nesse contexto, tem-se a edição da Lei de Acesso à Informação, que indica diversas medidas a serem adotadas por todos os Poderes da República no sentido de promover a transparência pública e a abertura das instituições ao controle do cidadão.

A regulamentação se insere no contexto de possibilidades comunicacionais abertas pela *internet*, que se manifestam pela maior facilidade de aproximação entre sociedade civil e Estado, vindo a fortalecer a forma democrática de governo. No meio virtual, o indivíduo que acessa a informação também pode repassá-la, além de abstrair as localidades do emissor e do receptor, imediatizando os conteúdos e as reações. Por isso, acredita-se em seu potencial para eliminar as distâncias entre o cidadão e os ocupantes de cargos políticos, dando maiores poderes ao cidadão, que, informado e de posse de instrumentos de comunicação com os entes públicos, pode efetivamente exercer o controle social.

O primeiro passo, porém, nas grandes mudanças democráticas oportunizadas pelas TICs é o acesso à informação. A LAI, a par dessas modificações, obriga a disponibilização, nos *sites* de órgãos públicos, de diversas informações institucionais e administrativas. Diante da união desse marco legal com a tecnologia, que passa a ser utilizada em favor do direito informacional, tem-se um cenário de transformação da cultura do sigilo para a cultura do acesso, na qual os cidadãos são considerados os legítimos titulares dos dados públicos.

Ao lado disso, uma das principais inovações que essa Lei traz é a vinculação dos três Poderes, abrangendo inclusive o Judiciário, o qual possui tradição de distanciamento do povo. Sob o argumento da independência dos juízes no exercício da função julgadora, esse Poder se afasta de interferências tanto na maneira de seleção de seus membros quanto em sua organização institucional, bastante técnica. Essa postura recebe críticas, pois, por ter caráter essencialmente político, o Judiciário não deve escapar à legitimação pelo povo. Diante disso, se mostra promissor o uso das novas tecnologias a fim de tornar o Poder Judiciário mais transparente, aberto ao público e, assim, passível de controle social.

O próprio órgão de controle interno do Judiciário brasileiro, o Conselho Nacional de Justiça, reconhece a necessidade de mudança e as oportunidades que as TICs trazem, tendo sido editadas diversas resoluções atinentes à utilização da *internet* para facilitar o acesso do cidadão aos tribunais. Considerou-se, na parte teórica deste artigo, que essas resoluções, aliadas à LAI, formam importante instrumento de democratização do Judiciário. Na parte

empírica, conseqüentemente, testou-se como elas são aplicadas na prática, tendo-se analisado especificamente, como referências, os portais do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Da análise empreendida, percebe-se que os dois Tribunais divulgam, de maneira espontânea e proativa, as informações de interesse coletivo. Os esforços empreendidos representam certa afinidade com a cultura do acesso, tendo-se constatado que são adotadas medidas para superar as barreiras entre os Tribunais e o povo, mas ainda há que se aprimorá-las.

Um problema encontrado foi a falta de uniformidade entre um portal e outro. As estratégias visuais são distintas, bem como as nomenclaturas e distribuições das seções, o que se apresenta como entrave à construção da imagem de confiabilidade e de acessibilidade que se objetiva com a publicação dos dados. Nesse âmbito, indica-se a necessidade de complementação do presente estudo com pesquisas a fim de investigar os motivos dessa aparente falta de comunicação entre os responsáveis pela criação da seção em cada portal.

Além disso, a observação feita nos conteúdos das seções de acesso à informação dos *sites* expôs a diversidade de tratamento que é dada a cada categoria de dados. Ademais de nem sempre estarem dentro dos padrões de organização apontados pelas normativas, as informações ora são apresentadas em linguagem explicativa, voltada ao cidadão que as acessa, ora são disponibilizadas com caráter técnico, nos moldes de um documento contábil ou administrativo. Esse problema, apesar das diferenças entre os *sites* dos Tribunais, se deu em ambos, o que indica que a publicação de material administrativo não recebe prévio tratamento para tornar-se compreensível para além das paredes da repartição de onde saiu.

Frente a essa inadequação da forma com que os dados são disponibilizados, que por vezes desconsidera totalmente quem é o seu receptor, aponta-se para a necessidade de unificar as abordagens dos conteúdos da seção de acesso à informação. Com a disponibilização dos dados dos Tribunais contextualizados e em linguagem compreensível para o cidadão, será dado um grande passo em direção à democratização do Judiciário e à cultura do acesso que as TICs possibilitam.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: Para uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012. (Coleção Pensamento Crítico, v. 69)

_____. **O Futuro da Democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro:

Paz e Terra, 2011. (Coleção Pensamento Crítico, v. 63)

BRAMATTI, Daniel. Vem aí o Portal Brasileiro de Dados Abertos, 'caçula' do Portal da Transparência. In: **Estadão - Públicos**: um blog sobre política e transparência. 27 fev. 2012. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/publicos/vem-ai-o-portal-brasileiro-de-dados-abertos-cacula-do-portal-da-transparencia/>>. Acesso em: 7 set. 2013.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30 jun. 2013.

_____. **Guia para criação da seção de acesso à informação nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades federais**. 2. ed. 20[13]. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/espaco-gestor/arquivos/Guia_SecaoSitos.pdf>. Acesso em: 4 set. 2013.

_____. Lei nº 11.111 de 2005 de 05 de maio de 2005. Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências. Revogada pela Lei 12.527, de 2011. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 6 maio 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11111impresao.htm>. Acesso em: 5 jul. 2013.

_____. Portaria Interministerial nº 140, de 16 de março de 2006. Disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 mar. 2006. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Legislacao/Arquivos/Portarias/portaria_interministerial.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2013.

_____. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46>. Acesso em: 1º jul. 2013.

CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano (coord.). **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Brasília, DF: ANDI ; Artigo 19, 2009.

CARDON, Dominique. **A democracia internet**: promessas e limites. Tradução de Nina Vincent e Tiago Coutinho. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 11. ed. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1.

CONSELHO Nacional de Justiça. Resolução nº 45, de 17 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a padronização dos endereços eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário. In: **Diário da Justiça nº 245**. Brasília, DF, 21 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/12160-resolu-no-45-de-17-de>>

dezembro-de-2007>. Acesso em: 9 jul. 2013.

_____. Resolução nº 76, de 12 de maio de 2009. Dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades e dá outras providências. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 10 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/12191-resolucao-no-76-de-12-de-maio-de-2009>>. Acesso em: 9 jul. 2013.

_____. Resolução nº 79, de 9 de junho de 2009. Dispõe sobre a transparência na divulgação das atividades do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 18 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/12197-resolucao-no-79-de-9-de-junho-de-2009>>. Acesso em: 9 jul. 2013.

_____. Resolução nº 83, de 10 de junho de 2009. Dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/12196-resolucao-no-83-de-10-de-junho-de-2009>>. Acesso em: 9 jul. 2013.

_____. Resolução nº 102, de 15 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 18 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/12218-resolucao-no-102-de-15-de-dezembro-de-2009>>. Acesso em: 9 jul. 2013.

_____. Resolução nº 121, de 5 de outubro de 2010. Dispõe sobre a divulgação de dados processuais eletrônicos na rede mundial de computadores, expedição de certidões judiciais e dá outras providências. In: **Diário da Justiça Eletrônico nº 187**. Brasília, DF, 11 out. 2010. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/12239-resolucao-no-121-de-5-de-outubro-de-2010>>. Acesso em: 9 jul. 2013.

CONTROLADORIA Geral da União. **Acesso à Informação Pública: uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília: Imprensa Nacional, 2011.

DAHL, Robert A. **A democracia e seus críticos**. Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O poder dos juízes**. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2002.

FELICE, Massimo Di. Das tecnologias da democracia para as tecnologias da colaboração. In: **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. FELICE, Massimo Di (org.). São Caetano do Sul: Difusão, 2008.

GUZZI, Drica. **Web e participação: a democracia no século XXI**. São Paulo: Senac São Paulo, 2010.

HOCH, Patrícia Adriani; RIGUI, Lucas Martins; SILVA, Rosane Leal da. Desafios à concretização da transparência ativa na *internet*, à luz da Lei de Acesso à Informação Pública: análise dos portais dos Tribunais Regionais Federais. In: **Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global**. v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/REDESG/article/view/7303/pdf#UitCAH8UnVI>>. Acesso em: 7 set. 2013.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: 34, 2010.

MENDEL, T. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2009.

OLIVEIRA, Gislaine Ferreira; VALDUGA, Priscila Dinarte. Governo Eletrônico e a disponibilização do serviço “Fale Conosco” em seus portais: a potencialização da democracia e efetivação do exercício dos direitos fundamentais dos cidadãos. In: **IX Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea - V Mostra de Trabalhos Jurídicos e Científicos**. Disponível em: <<http://nudiufsm.files.wordpress.com/2012/06/36.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2013.

PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. **¿Ciberciudadaní@ o ciudadaní@.com?** Barcelona: Gedisa, 2004.

ROBL FILHO, Ilton Norberto. **Conselho Nacional de Justiça: Estado democrático de direito e accountability**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, Paloma Maria; BERNARDES, Marciele Berger; ROVER, Aires José. **Teoria e prática de governo aberto: lei de acesso à informação nos executivos municipais da região sul**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

SILVA, Rosane Leal da. Sociedade da Informação e Desenvolvimento: os desafios e fragilidades do projeto brasileiro de inclusão digital. In: **Revista de Direito Empresarial**. n. 11, jan./jun. 2009. Curitiba: Juruá, 2009.

SILVA, Rosane Leal da; HOCH, Patrícia Adriani. A Lei de Acesso à Informação e a contribuição dos *sites* públicos na promoção da transparência. In: **XXI Congresso Nacional do CONPEDI**. nov. 2012. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ec7f346604f51890>>. Acesso em: 7 set. 2013.

SUPERIOR Tribunal de Justiça. **Superior Tribunal de Justiça - Gestão estratégica**. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=963>. Acesso em: 4 set. 2013.

SUPREMO Tribunal Federal. **Passagens:** STF - Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=transparenciaPassagens>>. Acesso em: 3 set. 2013.

TOFFLER, Alvin. **A Terceira Onda**. 24ª tiragem. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ANEXO 1

Lista das questões utilizadas na análise, com opções de resposta:

1. Há banner da seção acesso à informação?
 - a) sim, banner padrão
 - b) sim, mas com banner diferente do padrão
 - c) não
2. Há item de navegação no menu principal com nome “acesso à informação”?
 - a) sim, com esse nome
 - b) sim, com nome semelhante
 - c) sim, com nome de difícil identificação
 - d) não
3. Como estão organizadas as informações sobre o órgão?
 - a) as informações estão identificadas conforme padrões
 - b) não estão na seção de acesso à informação, mas há as informações até a segunda camada do site
 - c) as informações estão pulverizadas em locais diferentes do site
4. Assinale os itens que estão presentes no site:
 - a) nenhum
 - b) estrutura organizacional
 - c) competências
 - d) base jurídica da estrutura organizacional (regimentos/decreto de criação)
 - e) lista dos principais cargos e seus respectivos ocupantes ("quem é quem")
 - f) publicações sobre quadro de pessoal e respectivas remunerações?
 - g) telefones dos ocupantes dos principais cargos
 - h) endereços dos ocupantes dos principais cargos
 - i) agenda de autoridades
 - j) horários de atendimento do órgão/entidade
5. Assinale os itens que estão presentes na seção "ações e programas":
 - a) não consta essa seção
 - b) lista dos programas e ações executados pelo órgão/entidade
 - c) indicação da unidade responsável pela implementação
 - d) principais metas
 - e) indicadores de resultado e impacto
 - f) principais resultados
6. Na seção "ações e programas", quanto às sugestões e reclamações relacionadas, há indicação de procedimentos para:
 - a) não consta essa seção
 - b) recebê-las
 - c) atendê-las
 - d) geri-las e/ou respondê-las
7. Na seção "auditorias", há informações referentes ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomada de contas realizadas?
 - a) não consta essa seção
 - b) sim
 - c) não
8. Quanto à seção "auditorias", item "RELATÓRIOS DE GESTÃO", os itens encontrados:
 - a) não consta essa seção
 - b) consta seção mas não consta esse item
 - c) nenhum
 - d) exercício ao qual se referem as contas
 - e) código e descrição da respectiva unidade
 - f) número do processo no órgão ou entidade de origem
 - g) número do processo no Tribunal de Contas da União
 - h) situação junto ao Tribunal de Contas da União (processo entregue, sobrestado ou julgado)
9. Quanto à seção "auditorias", item "RELATÓRIO E CERTIFICADO DE AUDITORIA", os itens encontrados:
 - a) não consta essa seção
 - b) consta seção mas não consta esse item
 - c) nenhum
 - d) exercício ao qual se referem as contas
 - e) código e descrição da respectiva unidade
 - f) número do processo no órgão ou entidade de origem
 - g) número do processo no Tribunal de Contas da União
 - h) situação junto ao Tribunal de Contas da União (processo entregue, sobrestado ou julgado)
10. Os relatórios com as despesas do órgão, na

- seção de acesso à informação, são apresentados nos seguintes formatos:
- não foram encontrados relatórios
 - html (abre no próprio navegador)
 - pdf
 - xls
 - aparece link para arquivo, mas não foi possível fazer download
11. No relatório de despesas com DIÁRIAS E PASSAGENS, consta:
- não foram encontrados relatórios
 - nome do órgão
 - unidade de lotação
 - nome do servidor
 - cargo
 - origem e destino dos trechos de viagem
 - período da viagem
 - motivo da viagem
 - meio de transporte utilizado
 - categoria da passagem
 - valor da passagem
 - número de diárias
 - valor total das diárias
 - valor total da viagem
12. No relatório de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, consta:
- não foram encontrados relatórios
 - despesas com pessoal ativo
 - despesas com pessoal inativo e pensões
 - encargos sociais incidentes sobre a remuneração do pessoal
 - despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) pagos a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica
13. O item "despesas", na seção de acesso à informação, remete para o Portal da Transparência?
- Sim
 - não
14. Itens que estão presentes na seção "licitações":
- não consta essa seção
 - órgão superior
 - órgão subordinado ou entidade vinculada
 - unidade administrativa dos serviços gerais (UASG)
 - número da licitação
 - número do processo
 - modalidade da licitação
 - objeto da licitação
 - número de itens
 - data e hora da abertura
 - cidade de abertura
 - edital completo
 - situação da licitação (aberta ou homologada)
 - contato do órgão/entidade responsável
 - atalho para solicitação, por meio de correio eletrônico, da íntegra de editais, atas, anexos, projetos básicos e informações adicionais, diretamente à área responsável do órgão ou entidade
15. Itens que estão presentes na seção "contratos":
- não consta essa seção
 - órgão superior
 - órgão subordinado ou entidade vinculada
 - unidade administrativa dos serviços gerais (UASG)
 - número do contrato
 - data de publicação no Diário Oficial da União
 - número do processo
 - nome do contratado
 - número de inscrição do contratado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)
 - objeto do contrato
 - fundamento legal do contrato
 - período de vigência
 - valor
 - situação (se ativo, concluído, rescindido, cancelado...)
 - relação dos empregados de empresas contratadas em exercício nos órgãos
 - atalho para solicitar ao órgão ou entidade responsável, via correio eletrônico, a íntegra do instrumento de contrato e respectivos aditivos
16. Itens que estão presentes na seção "servidores":
- não consta essa seção
 - número de identificação funcional
 - nome completo
 - CPF (ocultando os três primeiros dígitos e os dois dígitos verificadores do CPF)
 - cargo
 - função
 - lotação
 - regime jurídico
 - jornada de trabalho

- j) ato de nomeação ou contratação
 - k) data de publicação do ato de nomeação/contratação
 - l) cargo efetivo ou permanente ou emprego permanente
 - m) órgão ou entidade de origem, no caso de servidor requisitado ou cedido
 - n) relação dos servidores e/ou empregados NÃO integrantes do quadro próprio em exercício no órgão, excluídos os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança
 - o) relação dos empregados de empresas contratadas em exercício nos órgãos
17. Há, na seção de acesso à informação, item perguntas frequentes?
- a) não consta essa seção
 - b) sim, com esse nome
 - c) sim, com nome semelhante
 - d) não
18. No link "sobre a Lei de Acesso à Informação", constam os seguintes itens:
- a) não consta esse link
 - b) informações sobre realização de audiências ou consultas públicas, de incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação
 - c) manuais
 - d) legislações
 - e) notícias
 - f) procedimentos para solicitações de informações
 - g) informação sobre procedimentos recursais quanto ao acesso à informação
19. No link de Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), constam os itens:
- a) não consta esse link
 - b) localização do órgão ou entidade
 - c) horários de funcionamento
 - d) servidores responsáveis pelo SIC
 - e) telefone específico para orientação e esclarecimentos de dúvidas
 - f) e-mail específico para orientação e esclarecimentos de dúvidas
 - g) nome da autoridade do órgão responsável pelo monitoramento da implementação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do órgão/entidade
20. Os seguintes itens estão em conformidade com as informações do site:
- a) no endereço (url) consta a sigla do órgão
 - b) ao digitar o nome do órgão mais a terminação ".jus.br" chega-se ao portal
21. Quanto aos dados estatísticos alusivos à sua atuação administrativa e jurisdicional/produzitividade
- a) os dados referentes à litigiosidade são informados semestralmente
 - b) os demais dados são informados ao menos anualmente
 - c) estão em local permanente e de fácil acesso do site
 - d) estão organizados em categorias "Insumos, dotações e graus de utilização", "litigiosidade", "acesso à justiça" e "perfil das demandas"
 - e) constam as subcategorias "receitas e despesas" e "estrutura"
 - f) constam as subcategorias "carga de trabalho", "taxa de congestionamento" e "recorribilidade e reforma das decisões"
22. Quanto à publicação de lista de veículos oficiais utilizados
- a) existe espaço de divulgação desse dado
 - b) divulga nº de veículos de representação
 - c) divulga nº de veículos de transporte institucional
 - d) divulga nº de veículos de serviços
23. Quanto à publicação de gestão orçamentária, constam os dados:
- a) existe espaço de divulgação desse dado
 - b) sobre as respectivas estruturas remuneratórias, quantitativos de pessoal efetivo e comissionado, e origem funcional dos ocupantes dos cargos em comissão
 - c) a relação de membros da magistratura e demais agentes públicos
 - d) a relação dos empregados de empresas contratadas em exercício nos órgãos
 - e) a relação dos servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão, excluídos os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança
 - f) contém ícone "transparência" que dá acesso a essas informações